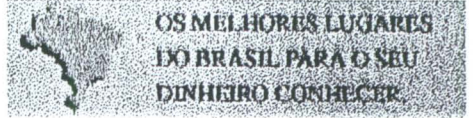


ANO III - Nº 653 - segunda-feira, 21 de maio de 2001



### Porto Seco adota nova logística

O superintendente do Porto Seco de Anápolis, Edson Tavares, espera para os próximos 15 dias o sinal verde da Superintendência da Receita Federal em Brasília para adotar uma nova logística na estação aduaneira. Há cerca de um ano, ele solicitou à autoridade fiscal a desalfandegação dos silos, moegas e parte do ramal ferroviário, armazéns e terminal de cargas do porto, a fim de reaproveitá-las para a secagem e o armazenamento de grãos. Com isso, a intenção é diversificar a utilidade destes equipamentos, hoje ociosos, e ao mesmo tempo negociar a implantação mais rápida do trem expresso previsto para circular entre São Paulo e Anápolis no transporte de cargas. Milho A proposta feita pelo superintendente da Estação Aduaneira do Interior (EADI) de Anápolis é a de que os grãos, assim que colhidos, sejam levados para o Porto Seco. Lá, iriam para o secador, com capacidade para até 560 mil toneladas de milho e soja por dia. Depois de secos, poderiam ser armazenados nos 18 silos existentes e, após comercializados, seguir para o exterior. "Isso resolveria o problema de armazenamento enfrentado pelos produtores rurais", enfatizou. Pela nova configuração do Porto Seco, os produtores rurais economizariam na secagem e armazenamento dos grãos, além aguardarem o melhor momento de colocar sua produção no mercado internacional com o produto já no ponto de ser exportado. Caso a Superintendência da Receita acate a sugestão da EADI anapolina, outras vantagens serão visíveis, diz Edson Tavares. "Primeiro, porque teremos mais poder de barganha com a Ferrovia Centro-Atlântica/Vale do Rio Doce (FCA), a quem propusemos a implantação de um trem expresso com viagens de ida e volta no trecho Anápolis-São Paulo a cada três dias", disse o superintendente do Porto Seco. Para que a negociação se concretize, entretanto, é necessário que o status da EADI seja alterado, pois a área - ramal ferroviário do Porto Seco - deveria estar liberada para exportações ao mercado interno. "Outra vantagem é que, com a entrada da FCA no negócio o Porto Seco poderia se transformar num operador de logística, dentro do conceito de multimodalidade proposto pelo governador Marconi Perillo (PSDB) para Anápolis", continua Tavares. Frete A idéia é, via Anápolis, distribuir as mercadorias exportáveis para o País e reduzir o preço do frete em até 20% em comparação ao rodoviário. "Daqui, podemos levar nossos produtos, por via férrea, a pelo menos nove estados", ressalta. Segundo ele, os produtos goianos podem fazer baldeações e conexões ferroviárias em cidades mineiras como Araguari, Divinópolis, Belo Horizonte e Montes Claros e daí atingirem as regiões Sudeste e Sul e até a Argentina, e ainda a Bahia e Sergipe. Pelo contrato, todos os equipamentos e bens do Porto Seco de Anápolis devem ser utilizados com fins exclusivos de exportação de produtos. O que vem ocorrendo no caso dos grãos é que a carga enviada aos

Santos (SP), inviabiliza a operação. Números da Superintendência mostram que para encher um navio cargueiro são necessárias de 150 mil a 300 mil toneladas de grãos. De Anápolis, entretanto, sai apenas uma composição de 30 vagões carregada com 1.620 toneladas de soja. "Um navio que atraca num porto para transportar a soja goiana deveria, nesse ritmo, esperar 216 dias até que se completassem as viagens suficientes para enchê-lo, se a viagem durar entre dois e três dias. Só que o tempo máximo de ancoragem de uma embarcação mercante no porto de Tubarão é de dez dias", disse. Para Tavares, a atual estrutura do Porto Seco que vem sendo utilizada somente para as exportações de grãos partindo de Anápolis está subutilizada. O pior de tudo, ainda de acordo com o superintendente, é que a mercadoria, quando deixa o Porto Seco, não pode mais retornar a ele, pois sai com a documentação de exportação. "Trata-se de produto alfandegado e seria complicado internalizá-lo novamente, pelo fator burocrático, fora o fato de que para que a mercadoria volte ao mercado interno é necessário recolher PIS, Cofins e ICMS", lembrou. Adalberto Araújo de Goiânia Especial

© GAZETA MERCANTIL

[Volta | Topo](#)



Núcleo GZMWEB

[webmaster@gazetamercantil.com.br](mailto:webmaster@gazetamercantil.com.br)